

PROCURADOR JURÍDICO

ATUALIDADES

01) Em 1º de fevereiro de 2017, foi eleito Presidente do Senado Federal, o Senador:

- a) Renan Calheiros.
- b) Eunício Oliveira.
- c) José Medeiros.
- d) Rodrigo Maia.
- e) Gleisi Hoffmann.

02) Emmanuel Macron assumiu, em 14 de maio de 2017, como presidente da:

- a) França.
- b) Rússia.
- c) Cuba.
- d) Grécia.
- e) Espanha.

03) A Revista VEJA veiculou matéria sobre a Operação Carne Fraca em 16 de abril de 2017: *“A Polícia Federal indiciou 63 alvos da Operação Carne Fraca, no sábado, por crimes de corrupção, concussão, prevaricação, formação de organização criminosa e crime contra a saúde pública. Os alvos são funcionários do Ministério da Agricultura em...”*:

- a) Rio Grande do Sul, Recife e São Paulo.
- b) Brasília, Santa Catarina e Rio de Janeiro.
- c) Goiás, Minas Gerais e Pará.
- d) Curitiba, Londrina e Goiás.
- e) Mato Grosso, Ceará e Rio Grande do Norte.

04) A telenovela brasileira “Novo Mundo” exibida pela Rede Globo desde 22 de março de 2017, traz em seu enredo, elemento de grande repercussão histórica para o país. Assinale a correta:

- a) A luta pela independência do Brasil.
- b) Descobrimiento do Brasil.
- c) Inconfidência Mineira.
- d) A primeira Santa Casa do Brasil é fundada por Braz Cubas.
- e) A cidade de Salvador é fundada.

05) Os Estados Unidos anunciaram na quarta-feira, dia 10 de maio de 2017, uma recompensa no valor de 10 milhões de dólares por informação que leve à identificação ou localização de um líder do grupo terrorista Frente da Conquista do Levante, uma antiga filial do grupo terrorista Al Qaeda. O líder desse grupo é:

- a) Abdul Aziz ibn Saud.
- b) Ayman al-Zawahiri.
- c) Muhammad al-Atta.
- d) Muhammed bin Laden.
- e) Abu Mohammad al-Julani.

06) A Revista Veja veiculou matéria sobre o casal mais poderoso do showbis, *“O par simboliza um ideal de país em que qualquer pessoa pode vencer pelo trabalho e pelo talento”*. Foi matéria da capa da edição de 01 de março de 2017, o casal:

- a) Glória Menezes e Tarcísio Meira.
- b) Angélica e Luciano Huck.
- c) Taís Araújo e Lázaro Ramos.
- d) Sandy e Lucas Lima.
- e) Faustão e Luciana Cardoso.

07) O *“Ex-presidente de infraestrutura da Odebrecht afirma em delação que a empreiteira pagou propina ao tucano por meio de conta no exterior operada por sua irmã”*, matéria veiculada pela Revista Veja em 31 de março de 2017. O Senador citado no caso é:

- a) Aécio Neves.
- b) Fernando Collor.
- c) Gleisi Hoffmann.
- d) Álvaro Dias.
- e) Magno Malta.

08) Um ator foi “acusado de assédio sexual por uma figurinista assistente da novela A Lei do Amor, da TV Globo. A figurinista, Susllem Meneguzzi Tonani teve seu relato publicado no blog #AgoraÉQueSãoElas, do jornal *Folha de S. Paulo*.” No depoimento, Susllem conta que o desconforto começou quando o ator fez elogios “simples”, foi ficando mais pesado até que, em fevereiro ele tocou sua genitália. Quem é o ator da reportagem acusado cometer o assédio sexual?

- a) Ney Latorraca.
- b) Tony Ramos.
- c) Stênio Garcia.
- d) Antonio Fagundes.
- e) José Mayer.

09) “O ex-diretor da Odebrecht José de Carvalho Filho, um dos delatores da empreiteira na Operação Lava Jato, detalhou pagamentos realizados supostamente a pedido do ministro-chefe da Casa Civil do governo Michel Temer, entre 1997 e 2014, em um total de R\$ 10 milhões.” O Ministro a que se refere o delator é:

- a) Alexandre de Moraes.
- b) Eliseu Padilha.
- c) Aloysio Nunes.
- d) Mendonça Filho.
- e) Gilberto Kassab.

10) A Operação Eficiência é um desdobramento da Operação Calicute que prendeu o ex-governador Sergio Cabral, que investiga pagamentos de propina durante o seu governo. A Polícia Federal também investiga os crimes de lavagem de dinheiro, que envolve cerca de 100 milhões de dólares no exterior, corrupção ativa e passiva e formação de organização criminosa. Além do governador Sergio Cabral, também foi expedido mandado de prisão contra o empresário:

- a) Alberto Youssef.
- b) Nelma Kodama.
- c) Eike Batista.
- d) Paulo Roberto.
- e) Rene Pereira.

ESPECÍFICAS

11) A Administração Pública Indireta é composta por entidades de personalidade jurídica própria, responsáveis pela execução das atividades administrativas que precisam ser desenvolvidas de forma descentralizada. Neste sentido, são entes da Administração Pública Indireta, exceto:

- a) Sociedade de Economia Mista.
- b) Fundações.
- c) Agências Reguladoras.
- d) Serviços Sociais Autônomos.
- e) Autarquias.

12) As Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista são empresas estatais e possuem diversos pontos em comum. Sendo assim, assinale a alternativa incorreta:

- a) Possuem personalidade jurídica de direito privado.
- b) São exploradoras de atividade econômica ou prestadoras de serviços públicos.
- c) Dependem de autorização legislativa específica para a sua criação e extinção.
- d) Quando prestadoras de serviços públicos submetem-se às normas gerais para licitação (Lei 8.666/93).
- e) Responderão objetivamente, as exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviços públicos, independentemente do elemento subjetivo, a culpa ou o dolo.

13) Com relação aos elementos e requisitos do Ato Administrativo:

I- A finalidade é o resultado almejado na prática, não pode a Administração direcionar para qualquer sentido se não tiver como meta o interesse público e, de maneira específica deverá se pautar na determinação legal para a situação específica.

II- O objeto é o elemento exteriorizador do ato administrativo, é o modo pelo qual se apresenta.

III- A forma é o efeito jurídico imediato que produz.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) II e III.
- e) Apenas a III.

14) Assinale a alternativa que corresponde ao Poder de Polícia:

- a) É aquele que a lei confere à Administração Pública para prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários a sua formalização.
- b) É o de que dispõe a Administração Pública para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- c) Trata-se de prerrogativa conferida à Administração Pública de fazer opções, de escolher, de analisar se é oportuno, se é conveniente, segundo o interesse público, a prática de determinado ato.
- d) É a prerrogativa pela qual a Administração apura as infrações e aplica as penalidades ao infrator.
- e) É a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de determinados bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

15) Quanto ao conteúdo do Ato Administrativo, assinale a correta:

- a) Ato constitutivo é aquele que transfere situações já existentes.
- b) Ato abdicativo é aquele que ocorre a renúncia a um direito, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público, devendo haver autorização legal.
- c) Ato alienativo é o que promove a renúncia de bens ou direitos de um titular a outro.
- d) Ato extintivo é o que altera situações jurídicas existentes.
- e) Ato declaratório é o que cria uma situação jurídica individual para o destinatário.

16) O art. 3º da Lei nº 8.666/93 determina que a Licitação deverá ser processada e julgada em estrita obediência a determinados princípios. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde ao princípio da igualdade entre os licitantes:

- a) A Administração deve incentivar a disputa e não restringi-la, pois com a competição entre os interessados haverá a possibilidade de se obter uma proposta melhor.
- b) O desenvolvimento da licitação deve ocorrer nos termos estabelecidos na lei e não fica a critério do administrador.
- c) A licitação deve ser transparente e seus atos devem ser acessíveis ao público, com a exigência de publicação dos avisos contendo os resumos dos editais, bem como a abertura dos envelopes com a documentação e as propostas ocorrer em ato público.
- d) A escolha do vencedor da licitação deve ser feita com base em julgamento apoiado em critérios objetivos.
- e) A Administração na condução da licitação deve atuar de forma impessoal, sem privilegiar ou prejudicar nenhum dos licitantes. Todos que queiram e preenchem os requisitos exigidos têm que ter as mesmas oportunidades para ingressar na disputa e, uma vez nela, devem ser tratados com isonomia no processo licitatório.

17) O Edital é o ato administrativo pelo qual a Administração divulga a licitação e convoca os interessados a participarem da disputa. Para atingir sua finalidade, deve haver a divulgação do edital que ocorre com a publicação do aviso com resumo do edital. Existe um prazo mínimo para a publicação do edital e a data para recebimento das propostas, nesse sentido, o prazo para divulgação do edital para a modalidade Concorrência do tipo melhor técnica ou técnica e preço é de:

- a) 8 dias úteis.
- b) 15 dias.
- c) 45 dias.
- d) 30 dias.
- e) 5 dias úteis.

18) O Estado do Rio de Janeiro pretende realizar licitação para obras de engenharia no valor de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Neste caso, a modalidade de licitação para o presente caso é:

- a) Tomada de Preços.
- b) Leilão.
- c) Concorrência.
- d) Convite.
- e) Concurso.

19) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A afetação é a atribuição de destinação pública específica a determinado bem.
- b) Os bens públicos são imprescritíveis, ou seja, não se sujeitam à usucapião, característica essa de natureza absoluta.
- c) Não onerabilidade é decorrente da impenhorabilidade e da imprescritibilidade, por ela o bem público poderá ser dado em garantia.
- d) A desafetação é a retirada da destinação de finalidade pública, pode ser expressa ou tácita.
- e) Em regra, os bens públicos não podem ser alienados, não podem ser vendidos, doados, permutados, etc.

20) Em determinado Município há a necessidade de instalação de torres de transmissão de energia elétrica em propriedade particular. Nesse caso, a intervenção na propriedade ocorrerá por meio de:

- a) Tombamento.
- b) Requisição Administrativa.
- c) Servidão Administrativa.
- d) Desapropriação.
- e) Ocupação Temporária.

21) O Direito Brasileiro é derivado do Civil Law, de origem romano-germânica, cuja fonte principal é a Lei. Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Realizando-se o casamento no Brasil, sendo os nubentes estrangeiros, será aplicada a lei de seu país quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- b) O casamento de estrangeiros somente poderá ser celebrado perante autoridades diplomáticas.
- c) O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de 6 (seis) meses da data da sentença.
- d) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio.
- e) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílios, e, se este for diverso, à do primeiro domicílio conjugal.

22) A incapacidade pode ser absoluta quando há a proibição total do exercício pelo titular do direito. São absolutamente incapazes aqueles impedidos de agir,

ou seja, seus atos devem ser exercidos por terceira pessoa que o representa. Nesse sentido, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) Os que por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- b) Os menores de 16.
- c) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- d) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- e) Os pródigos.

23) As relações jurídicas são estabelecidas entre as pessoas, de forma que estas devem ter um local de estabelecimento, livremente escolhido ou determinado pela lei, para o exercício de seus direitos e obrigações. Nesse sentido, com base na legislação em vigor, assinale a incorreta:

- a) É domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- b) O incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso têm domicílio necessário.
- c) Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio a primeira que se estabeleceu.
- d) Os lugares diversos que a pessoa exercitar profissão, cada um deles consiste em domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- e) É domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

24) A vontade é a essência do negócio jurídico e deverá ser expressada de forma livre, espontânea e de acordo com o ordenamento jurídico. Todavia, quando a vontade não representa a verdadeira intenção do agente ocorrem os chamados vícios da vontade. Nesse sentido, quando eivado de vício, a validade do negócio jurídico estará prejudicada, exceto no caso de:

- a) Coação.
- b) Erro Substancial.
- c) Dolo.
- d) Erro Acidental.
- e) Estado de Perigo.

25) O Contrato é instituto descrito pela civilista Maria Helena Diniz como sendo "...o acordo de duas ou mais vontades, na conformidade da ordem jurídica, destinado a estabelecer uma regulamentação de interesses entre as partes, com escopo de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial." Nesse mesmo sentido, o Código Civil apresenta as várias espécies de contratos:

I- Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe em moeda ou bens.

II- Na locação de coisas, uma das partes de obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa fungível, mediante certa retribuição.

III- O comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis.

IV- A doação é o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra.

Está correta o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I, III e IV.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) Apenas a IV.

26) O Poder Constituinte é a soberania popular que consiste essencialmente no poder constituinte do povo, mas é o Estado, por meio de seus órgãos especializados, que o exerce. Neste sentido, é correto afirmar que o Poder Constituinte Originário é:

- a) Decorrente, autônomo incondicionado e permanente.
- b) Inicial, dependente, limitado, incondicionado e reformador.
- c) Inicial, autônomo, ilimitado, incondicionado e permanente.
- d) Decorrente, autônomo, limitado, incondicionado e permanente.
- e) Inicial, limitado, condicionado e mutável.

27) O Poder Constituinte Derivado Reformador possui algumas limitações, as quais se subdividem em temporais, circunstanciais, formais e materiais. Assinale a alternativa que descreve as limitações materiais:

- a) Versam sobre matérias que não podem ser objeto de emenda, o que a doutrina denomina de "*cláusulas pétreas*".
- b) Referem-se à existência de legitimados específicos para a propositura de emendas constitucionais.
- c) Traduzem a necessidade de quórum qualificado de três quintos, em dois turnos, em cada casa do Congresso Nacional, com promulgação pelas mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para a edição de emendas constitucionais.
- d) São as que impedem alteração da Constituição por um determinado período de tempo.
- e) São aquelas que impedem a alteração da Constituição em momentos de extrema gravidade.

28) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos entes da Federação, constituindo-se Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos:

- a) Defesa da paz.
- b) Não intervenção.
- c) Garantir o desenvolvimento nacional.
- d) A dignidade da pessoa humana.
- e) Concessão de asilo político.

29) Ticius, empresário, naturalizado, apresentou requerimento à Autarquia Municipal a fim de obter a emissão de certidão sobre a atual situação de seu processo administrativo, o qual não está sobre sigilo, envolvendo um imóvel de sua propriedade. O pedido foi indeferido. Neste caso, assinale o remédio constitucional adequado para o caso.

- a) Mandado de Segurança Coletivo.
- b) Mandado de Injunção.
- c) Habeas Data.
- d) Habeas Corpus.
- e) Mandado de Segurança.

30) São legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, exceto:

- a) Mesa da Câmara dos Deputados.
- b) Partido Político.
- c) Mesa do Senado Federal.
- d) Presidente da República.
- e) Governador do Estado e do Distrito Federal.

31) Nos termos da Constituição Federal, art. 29 "caput", os Municípios reger-se-ão por Lei Orgânica, votada em:

- a) Único turno, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por um terço dos Membros da Câmara Municipal.
- b) Dois turnos, com interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços dos Membros da Câmara Municipal.
- c) Único turno, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos Membros da Câmara Municipal.
- d) Dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos Membros da Câmara Municipal.
- e) Dois turnos, com interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por um terço dos Membros da Câmara Municipal.

32) De acordo com o texto constitucional, o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente. Sendo assim, o Vereador Mévio, ocupante do cargo eletivo no Município onde reside, atualmente com 100.000 (cem mil) habitantes, terá um subsídio máximo correspondente a _____ do subsídio dos Deputados Estaduais. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) 40%.
- b) 20%.
- c) 50%.
- d) 30%.
- e) 60%.

33) Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice Presidente da República, com base na ordem da linha sucessória, será chamado ao exercício:

- a) O Presidente do Congresso Nacional.
- b) O Presidente do Senado Federal.
- c) O Ministro de Estado da Defesa.
- d) O Ministro do STF.
- e) O Presidente da Câmara dos Deputados.

34) Suponha que o Prefeito Municipal Gentil praticou crime comum, de acordo com o art. 29, inciso X, da Constituição Federal, será julgado perante:

- a) Tribunal Regional Eleitoral.
- b) Tribunal de Justiça.
- c) Superior Tribunal de Justiça.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Supremo Tribunal Federal.

35) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- b) Prevalência dos direitos humanos.
- c) Garantir o desenvolvimento nacional.
- d) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- e) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

36) Analise os itens abaixo de acordo com as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho:

I- Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens.

II- Considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

III- A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo.

IV- Se distinguem os trabalhos realizados no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de trabalho.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e III.
- c) Apenas a II.
- d) II e III.
- e) Somente a IV.

37) A CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social é o documento utilizado para identificação do empregado. A falta da anotação da CTPS pelo empregador ficará sujeita à autuação pela fiscalização. Nesse sentido, assinale a correta:

a) Incorrerá na multa de valor igual a 2 (duas) vezes o salário mínimo regional aquele que, comerciante ou não, vender ou expuser à venda qualquer tipo de carteira igual ou semelhante ao tipo oficialmente adotado.

b) Incorrerá na multa de valor igual a 3 (três) salários mínimos regionais a empresa que infringir o art. 13 e seus parágrafos.

c) A empresa que tendo sido intimada, não comparecer para anotar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seu empregado, ou cujas alegações para recusa tenham sido julgadas improcedentes, ficará sujeito à multa de igual valor a meio salário mínimo regional.

d) A empresa que receber a CTPS para anotar e a reter por mais de 48 (quarenta e oito) horas ficará sujeita à multa de valor igual à metade do salário mínimo regional.

e) O Sindicato que cobrar remuneração pela entrega da Carteira de Trabalho e Previdência Social ficará sujeito à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional.

38) Suponha que Márcio tenha trabalhado por 12 (doze) meses numa empresa, adquirindo o direito às férias, chamado período aquisitivo. Todavia, o empregado possui sete faltas injustificadas. Nesse caso, terá direito a gozar o período de férias com duração de:

- a) 18 dias.
- b) 10 dias.
- c) 30 dias.
- d) 24 dias.
- e) 12 dias.

39) De acordo com o princípio da continuidade do contrato de trabalho, há situações em que, mesmo que não ocorra a prestação de serviços pelo trabalhador, o vínculo empregatício ficará mantido. Nesse sentido, são hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, exceto:

- a) No caso de falecimento do cônjuge, ascendente (pais e avós), descendentes (filhos e netos), irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência.
- b) Greve.
- c) Para fim de alistamento eleitoral.
- d) Descanso semanal remunerado e feridos.
- e) Para cumprimento das exigências do serviço militar.

40) Salário é a importância fixa recebida pelo empregado e remuneração é o conjunto de títulos recebidos por ele. Integram o salário, exceto:

- a) Gratificações.
- b) Abonos.
- c) Comissões e Percentagens.
- d) Diárias para viagem até 50% do salário.
- e) PLR – Participação nos Lucros e Resultados.

41) O Contrato por prazo determinado ou forma de contrato a termo, prevista pela Lei nº 9.601/98, teve como finalidade aumentar a contratação de mão de obra nas empresas. Houve uma flexibilização do contrato por prazo determinado, ampliando as hipóteses previstas na CLT. O Contrato por prazo determinado possui algumas características, nesse sentido, assinale a incorreta:

- a) Impossibilidade de adquirir estabilidade durante o contrato.
- b) Prazo máximo de dois anos.
- c) Permissão de sucessivas prorrogações.
- d) Contratação em qualquer atividade desenvolvida pela empresa.
- e) Término antecipado dará direito a indenização prevista na negociação coletiva.

42) O FGTS foi instituído em razão da resistência criada em torno da estabilidade decenal. Todos os empregados urbanos e rurais passaram a ter direito ao FGTS, independentemente da duração do contrato, seja por prazo determinado ou indeterminado, o empregado terá direito aos depósitos. Nesse sentido, são hipóteses que permitem o saque do FGTS, exceto:

- a) Aposentadoria.
- b) Demissão por justa causa.
- c) Culpa recíproca.
- d) Desastre Natural.
- e) Compra de casa própria.

43) O empregado que computar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não pode ser despedido, salvo por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas. Nesse sentido, assinale a incorreta:

- a) A empregada gestante possui estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- b) Nos casos de acidente de trabalho ou doença, desde que adquirida na constância do trabalho, sendo afastado pelo INSS, terá estabilidade pelo período de um ano contado do retorno do empregado ao trabalho.
- c) O empregado membro da CCP – Comissão de Conciliação Prévia possui estabilidade a partir da eleição até um ano após o fim do mandato.
- d) O Dirigente Sindical terá direito a estabilidade que terá início com o registro da candidatura para o cargo e, se eleito, a estabilidade persistirá até um ano após o fim do mandato.
- e) O Empregado Público possui estabilidade.

44) Empregado Rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviço de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. O trabalho noturno do empregado rural na pecuária é:

- a) Das 20 horas às 4 horas, adicional noturno de 50 %.
- b) Das 21 horas às 5 horas, adicional noturno de 50 %.

- c) Das 22 horas às 5 horas, adicional noturno de 20 %.
- d) Das 21 horas às 5 horas, adicional noturno de 25%.
- e) Das 20 horas às 4 horas, adicional noturno de 25%.

45) Analise os itens abaixo de acordo com as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho:

I- É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja dele dado motivo para a cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

II- O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminação do seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.

III- O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de três meses de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

IV- O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

46) Assinale a incorreta:

a) O Juiz do Trabalho Substituto, sempre que não estiver substituindo o Juiz Presidente de Junta, não poderá ser designado para atuar nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

b) O ingresso na Magistratura do trabalho, far-se-á para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto.

c) Os Presidentes de Juntas e os Presidentes substitutos perceberão a remuneração ou os vencimentos fixados em lei.

d) A jurisdição de cada Junta de Conciliação e Julgamento abrange todo o território da Comarca em que tem sede, só podendo ser estendida ou restringida por lei federal.

e) A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é de determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro.

47) Compete à Justiça do Trabalho:

I- Os mandado de segurança, habeas corpus e habeas data, independentemente do ato envolver matéria sujeitas à jurisdição ou não.

II- As ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

III- As ações oriundas da relação de trabalho, não abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IV- As ações que envolvam exercício do direito de greve.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

48) Suponha que Mévio tenha sido demitido por justa causa em 01 de junho de 2015, propôs a Reclamação Trabalhista em 23 de fevereiro de 2016. A audiência UNA foi designada para 23 de junho de 2016, porém o Reclamante se esqueceu e não compareceu à audiência, ocasionando o arquivamento da ação.

Novamente, Mévio ingressou com Reclamação Trabalhista em 22 de setembro de 2016 e a audiência UNA foi designada para 14 de dezembro de 2016. Contudo, o Reclamante viajou a passeio para o Rio de Janeiro e, mais uma vez não compareceu à audiência. Analisando o caso acima exposto, assinale a correta:

- a) Mévio poderá ingressar novamente com Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho a fim de que sejam assegurados seus direitos trabalhistas.
- b) Não poderá Mévio ingressar novamente com Reclamação Trabalhista antes de transcorrido o prazo de seis meses do último arquivamento.
- c) Mévio poderá ingressar novamente, daqui há seis meses, com Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho, a fim de reivindicar seus direitos trabalhistas.
- d) Mévio poderá ingressar novamente com Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho a fim de que sejam assegurados seus direitos trabalhistas, desde que justifique sua ausência das audiências anteriores.
- e) Não poderá Mévio ingressar novamente com Reclamação Trabalhista por ter ocorrido a prescrição bienal.

49) Para que o processo não seja eterno, a legislação prevê determinado tempo para que os atos processuais sejam praticados pelos sujeitos do processo. O recurso é o meio pelo qual a parte pode demandar a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração da decisão. Nesse sentido, o prazo para propor Agravo de Instrumento é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 8 dias.
- e) 48 horas.

50) A prova das alegações compete à parte que alegar. Nesse sentido, assinale a incorreta:

- a) É obrigatório a cada uma das partes apresentar um perito ou técnico.
- b) Cada uma das partes não poderá indicar mais de 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito.
- c) Se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao Chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.
- d) O depoimento das testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente.
- e) As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação.

51) A CLT elenca diversos princípios que devem ser observados no processo, determinadas formas descritas na lei visando às partes a segurança jurídica do processo. Nesse sentido assinale a incorreta:

- a) Princípio da Economia Processual prevê que a nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
- b) Princípio do interesse consiste na proibição da alegação da própria torpeza, ou seja, aquele que deu causa à nulidade processual não poderá argui-la posteriormente.
- c) Princípio da Transcendência consiste na possibilidade de decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite declaração de nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato.
- d) Princípio da Utilidade consiste na declaração de nulidade do ato processual sendo útil para o processo.
- e) Princípio da Instrumentalidade das formas ocorre quando a nulidade deve ser alegada na primeira oportunidade em que a parte tiver para se manifestar no processo.

52) Assinale a alternativa que corresponde ao princípio em que o juiz somente poderá emitir provimento jurisdicional sobre o que foi pleiteado:

- a) Princípio do Interesse.
- b) Princípio da Utilidade.
- c) Princípio da Convalidação.
- d) Princípio da Transcendência.
- e) Princípio da Congruência.

53) Nos Dissídios Individuais é admitida a chamada Reclamação, podendo ser apresentada de forma escrita ou verbal. Assinale a correta:

- a) Recebida e protocolada a Reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 48 (quarenta e oito)

horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será primeira desimpedida, depois de 5 (cinco) dias.

b) Recebida e protocolada a Reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será primeira desimpedida, depois de 5 (cinco) dias.

c) Recebida e protocolada a Reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será primeira desimpedida, depois de 15 (quinze) dias.

d) Recebida e protocolada a Reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será primeira desimpedida, depois de 10 (dez) dias.

e) Recebida e protocolada a Reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será primeira desimpedida, depois de 8 (oito) dias.

54) Com relação aos efeitos recursais, assinale a incorreta:

a) Efeito obstativo consiste no impedimento do trânsito em julgado da decisão.

b) Efeito suspensivo impede a execução imediata da decisão recorrida.

c) Efeito regressivo estabelece que a decisão proferida no recurso (*juízo ad quem*) substituirá a decisão recorrida.

d) Efeito translativo é a possibilidade de o Tribunal julgar matérias de ordem pública, que, por serem conhecidas de ofício, prescindem de manifestação da parte.

e) Efeito expansivo é a possibilidade de a decisão do recurso atingir matérias não impugnadas.

55) O Preparo é um pressuposto recursal extrínseco englobando as custas e o depósito recursal. Nesse sentido, exige-se depósito recursal como requisito de propositura de determinados recursos, exceto:

a) Recurso Extraordinário.

b) Embargos Infringentes no TST.

c) Agravo de Instrumento.

d) Recurso de Revista.

e) Recurso Ordinário.

56) Tributo é:

a) Toda prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de

ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

b) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou bens imóveis, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

c) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir incluindo sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

d) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

e) Toda prestação pecuniária facultativa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, independente de lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

57) A Constituição Federal impõe limites ao poder de tributar que advêm dos princípios constitucionais. Nesse sentido, com relação a esses princípios:

() O Princípio da Irretroatividade Tributária consiste no mais importante limite aos governantes na atividade da tributação, pois é vedado aos entes da federação exigir ou aumentar tributo sem previsão legal.

() O Princípio da Anterioridade regula os efeitos da criação ou da majoração de tributo no tempo.

() O Princípio da Isonomia Tributária consiste na regra da igualdade, ou seja, não poderá haver instituição e cobrança de tributos de forma desigual entre contribuintes que se encontram em condições de igualdade jurídica.

() O Princípio da não limitação do tráfego de pessoas e bens e a ressalva o pedágio determina que a imposição de um determinado tributo não pode ter consequência o desaparecimento total de um determinado bem.

Assinale a correta:

a) V, F, V, F.

b) F, F, V, V.

c) F, V, V, F.

d) V, V, F, V.

e) V, F, F, V.

58) As espécies tributárias expressamente previstas pelo do art. 5º, do Código Tributário Nacional, são:

a) Taxas, Contribuições Sociais e Impostos.

b) Impostos, Contribuições de intervenção no domínio econômico e Taxas.

c) Taxas, Contribuições de Seguridade Social e Impostos.

d) Contribuições de Melhoria, Impostos e Empréstimos Compulsórios.

e) Taxas, Impostos e Contribuições de Melhoria.

59) A imunidade tributária é a dispensa constitucional da incidência do tributo. O art. 150, inciso IV, da Constituição Federal prevê essa dispensa de impostos, exceto para:

- a) União.
- b) Partidos Políticos.
- c) Entidades Religiosas.
- d) Entidades Educacionais.
- e) Livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

60) Assinale a incorreta:

- a) Compete à União instituir impostos sobre exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados.
- b) Compete à União instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana.
- c) Compete à União instituir impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza.
- d) Compete à União instituir impostos sobre propriedade territorial rural.
- e) Compete à União instituir impostos sobre produtos industrializados.

61) A União poderá instituir Empréstimo Compulsório mediante:

- a) Lei Ordinária.
- b) Resolução.
- c) Decreto.
- d) Medida Provisória.
- e) Lei Complementar.

62) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, responderão solidariamente nos atos que intervierem, conforme previsão expressa no CTN. Nesse sentido, assinale a incorreta:

- a) Os sócios em qualquer hipótese.
- b) O inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
- c) Os administradores de bens de terceiros.
- d) Os tutores e curadores, pelos tributos devidos pelos tutelados e curatelados.
- e) O síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.

63) O art. 151, do CTN, dispõe expressamente sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, exceto:

- a) Moratória.
- b) A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada.
- c) O parcelamento.
- d) O depósito de seu montante integral.
- e) A prescrição e a decadência.

64) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se:

a) Após 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

b) Após 2 anos contados do quinto dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

c) Após 3 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento foi efetuado.

d) Após 2 anos contados do sétimo dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

e) Após 5 anos contados do exercício seguinte àquele em que o lançamento foi efetuado.

65) Com relação à competência dos Municípios para a instituição de impostos:

I- Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

II- Compete aos Municípios instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza.

III- Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana.

IV- Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) II, III e IV.
- e) Apenas a IV.

66) A Ação Civil Pública objetiva a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos. O art. 1º, da Lei nº 7.347/1985, prevê as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais, exceto:

- a) Ao Meio Ambiente.
- b) A Ordem Urbanística.
- c) As Contribuições Previdenciárias.
- d) O Patrimônio Público e Social.
- e) Ao consumidor.

67) O art. 5º, da Lei nº 7.347/1985, prevê os legitimados para propor a ação principal e a cautelar. Assinale a incorreta:

- a) A fundação.
- b) A associação que esteja constituída há pelo menos 6 (seis) meses nos termos da lei civil.
- c) O Ministério Público.
- d) A Empresa Pública.
- e) A Defensoria Pública.

68) Assinale a correta:

a) Constitui crime, punido com pena de reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, mais multa de 10 (dez) a

1.000 (mil) Obrigações do Tesouro Nacional-OTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

b) Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

c) Constitui crime, punido com pena de reclusão de 6 (meses) a 1 (um) ano, mais multa de 05 (cinco) a 100 (cem) Obrigações do Tesouro Nacional-OTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

d) Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 500 (quinhentos) Obrigações do Tesouro Nacional-OTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

e) Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações do Tesouro Nacional-OTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

69) A Ação Popular é o meio processual a que tem direito qualquer cidadão que deseje questionar judicialmente a validade de atos que considera lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Com relação aos atos lesivos ao patrimônio:

I- Ilegalidade do objeto ocorre quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que a praticou.

II- Inexistência dos motivos ocorre quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado.

III- Incompetência ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.

IV- Vício de forma se verifica quando o agente pratica ato visando fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II.

b) Apenas a II.

c) II e III.

d) II, III e IV.

e) Apenas a III.

70) A Lei nº 4.717/1965, prevê o prazo prescricional para a Ação Popular que é de:

a) 1 ano.

b) 5 anos.

c) 3 anos.

d) 10 anos.

e) 2 anos.

71) A intervenção de terceiros no processo é hipótese excepcional que depende de autorização legal e, também de demonstração pelo interessado, dos efeitos sofridos com a decisão a ser proferida em processo alheio. A intervenção de terceiros está prevista expressamente no Título III, do Código de Processo Civil. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde ao *amicus curiae*:

a) É o instrumento colocado à disposição da parte do processo para que, dentro da própria base procedimental, apresente sua demanda regressiva contra o terceiro civilmente responsável.

b) É uma faculdade conferida ao demandado de trazer ao feito, na qualidade de corréus, os afiançados ou os coobrigados, isso a fim de que também respondam à demanda ofertada pelo credor comum.

c) O interesse jurídico surge quando o terceiro sofre efeitos da sentença a ser prolatada no processo principal, sem a pretensão própria a permitir sua participação como parte no processo.

d) É uma pessoa natural ou jurídica que tem por finalidade fornecer subsídios às decisões judiciais.

e) O litisconsorte da parte principal é assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

72) Assinale a alternativa incorreta:

a) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

b) De comum acordo as partes e o juiz poderão fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.

c) Os atos processuais são públicos, porém tramita em segredo de justiça o processo que versar sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.

d) Versando o processo sobre direitos que admitam a autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre: ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

e) Os atos processuais serão totalmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei.

73) Com relação aos prazos:

I- O juiz proferirá os despachos no prazo de 10 (dez) dias.

II- O juiz proferirá as sentenças no prazo de 15 (quinze) dias e os despachos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

III- O juiz proferirá as decisões interlocutórias no prazo de 10 (dez) dias.

IV- O juiz proferirá as sentenças no prazo de 5 (quinze) dias e os despachos no prazo de 8 (oito) dias.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I, II e IV.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Apenas III.

74) O Código de Processo Civil estabelece que a citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Nesse sentido, com relação a citação:

() A citação será realizada mesmo quando o citando for mentalmente incapaz.

() A citação será feita por meio de oficial de justiça de noivos nos três primeiros dias de casados.

() Incumbe ao oficial de justiça procurar o citando e, onde o encontrar citá-lo, lendo-lhe o mandado e entregando-lhe a contrafé.

() A citação será feita para qualquer comarca do país quando o citando for pessoa de direito público.

Assinale a Correta:

- a) V, F, V, F.
- b) F, F, V, V.
- c) V, V, F, V.
- d) V, F, F, V.
- e) F, F, V, F.

75) Assinale a correta:

a) Dispensa-se a juntada de procuração somente nos casos que a parte estiver representada pela Defensoria Pública.

b) Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada por meio de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas processuais em 5 (cinco) dias.

c) O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia do pedido principal.

d) É nulo parcialmente o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

e) A petição inicial deverá ser acompanhada de procuração, que conterá os endereços do advogado, eletrônico e não eletrônico.

76) O Código de Processo Civil prevê que podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto, as incapazes, impedidas ou suspeitas:

I- É impedido de depor o que tiver menos de 16 (dezesseis) anos.

II- São suspeitos de depor o que intervém em nome de uma parte, como o tutor, o representante legal da pessoa jurídica, o juiz, o advogado, e outros que assistam ou tenham assistido as partes.

III- É impedido de depor o que é parte na causa.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) Apenas II.
- d) II e III.
- e) Apenas III.

77) O título executivo judicial é o documento que representa a certeza da existência e do conteúdo da obrigação, sendo indispensável para que haja o cumprimento de sentença. Nesse sentido, são títulos executivos, exceto:

a) A sentença arbitral.

b) A sentença penal condenatória.

c) A decisão interlocutória estrangeira, após a concessão de *exequatur* à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça.

d) A decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.

e) As decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.

78) O Código de Processo Civil prevê que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, após transcorrido o prazo de _____ para pagamento voluntário previsto no art. 523. Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna.

- a) 5 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 10 dias.
- e) 12 dias.

79) Litisconsórcio é fenômeno processual decorrente da existência, no processo, de mais de uma parte nos polos da demanda. Nesse sentido, nos termos do Código de Processo Civil, com relação aos prazos:

I- Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

II- Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal se, é oferecida defesa apenas por um deles.

III- Não se aplica a regra do prazo em dobro aos litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações,

em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento, aos processos em autos eletrônicos. Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) I e III
- d) Apenas II.
- e) Apenas III.

80) O processo de execução é a modalidade de demanda na qual existe um título executivo extrajudicial que dá certeza sobre o inadimplemento da obrigação. Nos casos em que a Fazenda Pública for parte do processo executivo, serão aplicadas as regras das chamadas execuções especiais que representam peculiaridades no procedimento. Nesse sentido, a Fazenda Pública será citada para opor embargos no prazo de:

- a) 15 dias.
- b) 5 dias.
- c) 10 dias.
- d) 30 dias.
- e) 3 dias.

PORTUGUÊS

Analisando sintaticamente, responda as questões de 81 a 84:

81) "Havia dinheiro nos baús." Temos:

- a) Sujeito simples.
- b) Sujeito composto.
- c) Sujeito Oculto.
- d) Sujeito indeterminado.
- e) Oração sem sujeito.

82) "Vive-se bem no interior". Temos:

- a) Sujeito simples.
- b) Sujeito composto.
- c) Sujeito Oculto.
- d) Sujeito indeterminado.
- e) Oração sem sujeito.

83) "Os policiais ofereceram água aos acusados." Temos:

- a) Objeto direto.
- b) Objeto indireto.
- c) Objeto direto e indireto.
- d) Complemento Nominal.
- e) Predicado Verbo-nominal.

84) "Bateram palmas no portão, as crianças". Temos:

- a) Sujeito simples.
- b) Sujeito composto.
- c) Sujeito Oculto.
- d) Sujeito indeterminado.
- e) Oração sem sujeito.

85) Encontramos a mesma oração coordenada que "A leitura ensina, mas também diverte", em qual alternativa:

- a) Não aprovo nem permito estas coisas.
- b) Você sabe bastante, apesar disso deve estudar.
- c) Não a vi crescer, e já está uma moça.
- d) Querem boas notas e não estudam.
- e) Um corpo estranho foi detectado e ninguém o retirou.

86) Em: "Eu sou o que penso ser" - *Buda*. Temos um período composto, classificado como:

- a) Oração subordinada substantiva subjetiva.
- b) Oração subordinada substantiva predicativa.
- c) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
- d) Oração subordinada adjetiva restritiva.
- e) Oração subordinada adverbial causal.

87) Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a norma culta:

- a) Assistimos à despedida.
- b) Recorri ao empréstimo bancário.
- c) Haviam muitos mendigos na rua.
- d) Aspirávamos ao título daquele octogonal.
- e) N.D.A.

88) De acordo com a norma culta, a alternativa correta é:

- a) Gostaria que vivessem em paz.
- b) Convidou aos amigos para a festa.
- c) Fazem cinco anos que não nos falamos.
- d) Realizamos um evento beneficente.
- e) N.D.A.

89) Algumas palavras na Língua Portuguesa podem ter duas escritas e não sofrerem alteração de seu significado como os exemplos abaixo, exceto:

- a) Diabete / diabetes.
- b) Porcentagem / percentagem.
- c) Verruga / berruga.
- d) Beneficente / beneficente.
- e) N.D.A.

90) Analise as afirmativas e responda:

- I- Em vez de pegar um taxi, preferiu ir a pé.
 - II- A princípio, estou motivada para esta nova etapa.
 - III- É vedada a entrada de animais no recinto.
- A alternativa que está de acordo com a norma culta da língua, é:
- a) Apenas a I.
 - b) I e II.
 - c) Apenas a II.
 - d) II e III.
 - e) Apenas a III.

91) Nas orações abaixo, há presença de vício de linguagem, conforme podemos constatar na alternativa:

I- Fica a seu critério pessoal a escolha das pastilhas decorativas para a cozinha.

II- Não encontramos nenhum elo de ligação entre os suspeitos.

III- Após o grave acidente, sofreu uma forte hemorragia.

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) Apenas a II.
- d) II e III.
- e) Apenas a III.

92) Em: “A **bicharada** foi para o **cabresto**”, os termos destacados possuem juntos quantos fonemas?

- a) 7 fonemas.
- b) 8 fonemas.
- c) 12 fonemas.
- d) 14 fonemas.
- e) 16 fonemas.

93) Em: “A menina era **linda**, porém de **santa**, a **sonsa** só **tinha** o nome”, os termos em destaque possuem quantos fonemas?

- a) 7 fonemas.
- b) 8 fonemas.
- c) 12 fonemas.
- d) 14 fonemas.
- e) 16 fonemas.

94) Em: “As guerras semeiam sofrimento e destruição”. Há presença de figura de linguagem que recebe o nome de:

- a) Metáfora.
- b) Metonímia.
- c) Eufemismo.
- d) Disfemismo.
- e) Perífrase.

95) “...Vou voar é só eu querer / **Tal qual ave voar** / Basta crer e voar / Vou Voar...”, o trecho em destaque representa a figura de linguagem chamada:

- a) Comparação.
- b) Metáfora.
- c) Metonímia.
- d) Catacrese.
- e) Antítese.

96) “**Sua voz macia me dizia coisas** / Eu guardo até hoje no fundo do meu coração /

Suas doces palavras, vindas com emoção.” Nos versos destacados, ocorre a mesma figura de linguagem, chamada:

- a) Comparação.
- b) Metáfora.
- c) Metonímia.
- d) Sinestesia.
- e) Antítese.

97) São advérbios que indicam lugar, exceto:

- a) Abaixo.
- b) Adiante.
- c) Alhures.
- d) Defronte.
- e) Deveras.

98) De acordo com a conjugação verbal, o verbo INTERVIR, na 2ª pessoa do plural, do imperativo afirmativo é:

- a) Intervínheis.
- b) Intervenha.
- c) Intervinde.
- d) Intervires.
- e) Intervierdes.

99) De acordo com a conjugação verbal, o verbo COMPOR, na 2ª pessoa do singular, do pretérito perfeito do indicativo é:

- a) Compuseras.
- b) Compuseste.
- c) Compuséreis.
- d) Compunhas.
- e) Comporás.

100) Representam a voz reflexiva verbal, exceto:

- a) Olhei-me de relance e saí rapidamente do recinto.
- b) O soldado feriu-se em combate.
- c) O aluno queixou-se de si mesmo.
- d) Todos nos prejudicamos.
- e) As crianças abraçaram-se com entusiasmo.